



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012973-62.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Direito Processual Civil e do Trabalho**  
 Requerente: **Rafael Tedeschi de Amorim**, brasileiro, solteiro, advogado em causa própria - OAB/SP nº 212.419, RG 27.321.001-4-SSP/SP, CPF 291.184.988-41, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Maestro João Seppe, 303, Ap. 201-A, Jardim Paraíso, CEP 13561-180.  
 Requerido: **Antonio Carlos Amaral de Amorim**, RG 5.559.905-SSP/SP, CPF 806.740.388-00, nascido em São Paulo/SP aos 14/05/1952, filho de Livio Amorim e de Esmenia Augusta Amorim, falecido em Jaú/SP em 15/07/2016.

SEGREDO DE JUSTIÇA - Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

O requerente pretende a expedição de alvará judicial para poder transferir para seu nome o registro das quatro armas de fogo relacionadas a fl. 02, as quais encontram-se registradas em nome de seu genitor-requerido, falecido em 15/07/2016, face a necessidade de retirar o armamento do local onde se encontra. O requerente exibiu a certidão de óbito, registro de arma e licença para posse de arma em domicílio. Documentos diversos às fls. 03/09.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

Os documentos de fls. 03/09 informam que o requerente é filho de Antonio Carlos Amaral de Amorim, que foi a óbito em 15/07/2016, tendo, pois, legitimidade para o pedido.

O requerente é filho, portanto, herdeiro necessário e hábil a pleitear essa transferência (art. 1.784 c.c. o inciso I, do art. 1.829, todos do Código Civil). No entanto, na certidão de óbito de fl. 04 há menção de que o falecido era separado, mas nada consta sobre se deixou bens ou testamento conhecido, como não constam os nomes dos filhos-herdeiros deixados pelo autor da herança, exceto o filho Caio Tedeschi de Amorim indicado como "declarante".

Referido armamento possui registro emitido pela Polícia Federal. Aplica-se o disposto no art. 67 do Decreto 5.123/04: "No caso de falecimento ou interdição do proprietário de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

arma de fogo, o administrador da herança ou curador, conforme o caso, deverá providenciar a transferência da propriedade da arma mediante alvará judicial ou autorização firmada por todos os herdeiros, desde que maiores e capazes, aplicando-se ao herdeiro ou interessado na aquisição as disposições do art. 12 (do Decreto 5.123/04)".

Inexiste óbice ao deferimento do pedido.

**DEFIRO O PEDIDO INICIAL** para conceder **ALVARÁ** para que o Espólio do requerido, a ser representado pelo requerente **Rafael Tedeschi de Amorim**, proceda perante a **POLÍCIA FEDERAL** à **transferência** do registro das seguintes armas de fogo: "**a**) um revólver, marca Taurus, fabricação brasileira, calibre 38, nº 1.136.378, capacidade 6 tiros, comprimento do cano médio, 01 cano, acabamento oxidado, tipo defesa, coronha em madeira, registro anterior nº 795205; **b**) um revólver, marca Taurus, fabricação brasileira, calibre 38, nº CJ-59589, capacidade 5 tiros, registro anterior nº 1013391; **c**) um revólver, marca S. & W., fabricação EUA, calibre 32, nº 13.239, capacidade 5 tiros, comprimento do cano médio, 01 cano, acabamento oxidado, tipo defesa, coronha em madrepérola, registro anterior nº 792083; **d**) uma carabina, marca Urko, fabricação brasileira, calibre 22, nº 43.400, capacidade 14 tiros, 01 cano, acabamento oxidado, tipo esporte, coronha em madeira, registro anterior nº 792329" **para o seu nome**, compreendendo a autorização judicial os poderes para a transferência, assinatura em papéis e documentos para a consecução desses objetivos, **PARA QUE POSSA TRANSPORTÁ-LAS DO LOCAL ONDE SE ENCONTRAM PARA LOCAL SEGURO**. Prazo: 180 dias. Concedo ao requerente os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote). Esta sentença valerá como instrumento de **ALVARÁ** para os fins aqui expressos, competindo ao requerente (advogado em causa própria) materializar esta sentença/alvará assim que publicada nos autos.

O requerente-autorizado deverá indicar a este juízo o valor de cada arma, e apresentar relação de herdeiros deixados pelo falecido (nome, qualificação e endereço). Caso estes concordem que referidas armas permaneçam definitivamente em seu poder, deverão apresentar as respectivas declarações. Prazo: 10 dias.

P. I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito.

São Carlos, 23 de novembro de 2016.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**